

VEÍCULO: PORTAL NO AR DATA: 18.08.15 EDITORIA: GERAL

Projeto com idosos do Sesc será ampliado com novas turmas em Natal e Mossoró

Em junho de 2014, o projeto foi lançado em Natal pelo Sistema Fecomércio, através do Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) do Sesc

Por Redação

Até o mês de setembro, o Trabalho Social com Idosos (TSI), projeto do Sesc, direcionado para o público com mais de 60 anos, será ampliado com turmas em Natal (Sesc Ponta Negra) e Mossoró.

Em junho de 2014, o projeto foi lançado em Natal pelo Sistema Fecomércio, através do Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) do Sesc, com a oferta de 50 vagas para pessoas cuja renda familiar bruta não ultrapassasse a três (03) salários mínimos.

Sesc expande atuação em Natal e Mossoró (Foto: Wellington Rocha)

“O TSI reforça o compromisso do Sistema Fecomércio/Sesc, em oferecer ações voltadas ao público a partir de 60 anos. Os resultados desse primeiro ano de projeto são bastante animadores, tanto que estamos ampliando com mais vagas para Natal e de forma inédita em Mossoró”, destaca o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz.

Os encontros acontecem uma vez por semana e o grupo participa de diversas atividades, com aulas de dança, canto coral, oficina de artesanato, alongamento, oficina de memorização, eventos motivacionais, orientações sobre saúde (relativas a doenças comuns durante o envelhecimento), seminários, debates de temas de interesse dos idosos e atividades ao ar livre.

“A participação do grupo nas atividades é empolgante, sejam nas ações sistemáticas ou nos eventos atemporais, como a festa junina e os passeios, como o mais recente a um parque eólico em Rio do Fogo, 61 km distante de Natal. Também temos novidades com aulas de balé, mais uma atividade solicitada por eles”, destacou a diretora regional do Sesc RN, Jeane Amaral.

Neste processo de ampliação serão oferecidas 80 vagas – 50 para Natal e 30 para Mossoró -, só que não será mais pelo PCG. Para se inscrever nas novas turmas, os interessados devem ter idade a partir de 60 anos, pagar uma taxa de matrícula no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) que dará direito a uma camiseta do projeto, squeeze (garrafa para água) e ecobag (sacola personalizada).

A aula inaugural do TSI em Ponta Negra acontece no dia 27/08 (quinta-feira) no Sesc, e em Mossoró será no dia 02 de setembro, também na unidade do Sesc.

Sobre o TSI

O Trabalho Social com Idosos (TSI) foi implantado em junho de 2014 e nessa primeira turma integrou o Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG). Oferece a 50 pessoas acima de 60 anos diversas ações, as quais, de forma continuada, levam-os a enxergar e a identificar o envelhecimento como um processo positivo e múltiplo de possibilidades.

O projeto é executado por uma equipe multidisciplinar, incluindo assistentes sociais, educadores físicos e instrutores musicais.

Serviço:

O quê? Sesc RN abre inscrições para o projeto do TSI (Trabalho Social com Idosos) em Ponta Negra e Mossoró.

NATAL

Sesc Ponta Negra. Rua: Desembargador João Vicente da Costa, 8.900, Ponta Negra.

Telefone: 3219-6023

Período inscrições? 28/08 a 04/09 (Ponta Negra) | 8h às 18h.

Aula inaugural: 27/08 | 14h30 às 16h30

Taxa de inscrição: R\$ 25,00 (com direito à camiseta do projeto, squeeze e ecobag).

Mensalidade: R\$ 15,00

MOSSORÓ

Sesc Mossoró. Rua: Dr. João Marcelino, S/N. Nova Betânia. Telefone: (84) 3316-3665

Período de inscrições? 17 a 28/08 (Mossoró) | 8h às 17h.

Aula inaugural: 02/09 | 15h às 16h30

Taxa de inscrição: R\$ 25,00 (com direito à camiseta do projeto, squeeze e ecobag).

Mensalidade: R\$ 15,00

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: MANCHETE GOSPEL DATA: 18.08.15 EDITORIA: GERAL

Projeto com idosos do Sesc será ampliado com novas turmas em Natal e Mossoró



Até o mês de setembro, o Trabalho Social com Idosos (TSI), projeto do Sesc, direcionado para o público com mais de 60 anos, será ampliado com turmas em Natal (Sesc Ponta Negra) e Mossoró.

Em junho de 2014, o projeto foi lançado em Natal pelo Sistema Fecomércio, através do Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) do Sesc, com a oferta de 50 vagas para pessoas cuja renda familiar bruta não ultrapassasse a três (03) salários mínimos.

Os encontros acontecem uma vez por semana e o grupo participa de diversas atividades, com aulas de dança, canto coral, oficina de artesanato, alongamento, oficina de memorização, eventos motivacionais, orientações sobre saúde (relativas a doenças comuns durante o envelhecimento), seminários, debates de temas de interesse dos idosos e atividades ao ar livre.

Neste processo de ampliação serão oferecidas 80 vagas – 50 para Natal e 30 para Mossoró -, só que não será mais pelo PCG. Para se inscrever nas novas turmas, os interessados devem ter idade a partir de 60 anos, pagar uma taxa de matrícula no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) que dará direito a uma camiseta do projeto, squeeze (garrafa para água) e ecobag (sacola personalizada).

A aula inaugural do TSI em Ponta Negra acontece no dia 27/08 (quinta-feira) no Sesc, e em Mossoró será no dia 02 de setembro, também na unidade do Sesc.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: BLOG NETO QUEIROZ DATA: 18.08.15 EDITORIA: GERAL

SENAC PROMOVE PALESTRAS GRATUITAS EM NATAL de 2015 | 14:27hs



O Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, realiza, entre os dias 24 e 28 de agosto, um ciclo de palestras gratuitas sobre diversas áreas de formação profissional, que buscam ampliar as oportunidades para a inserção no mercado de trabalho.

Os interessados podem se inscrever, gratuitamente, nas centrais de atendimento das unidades do Senac Centro e Zona Sul, em Natal. Entre as opções, há palestras nas áreas de meio ambiente, gestão e negócios, gastronomia e segurança.

Todos os participantes, ao final da capacitação, receberão certificado. Para mais informações ligue (84) 4005-1000.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: PORTAL NO AR **DATA:** 18.08.15 **EDITORIA:** ECONOMIA

Senac promove palestras gratuitas de capacitação em Natal

Os interessados podem se inscrever, gratuitamente, nas centrais de atendimento das unidades do Senac Centro e Zona Sul

O Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, realiza, entre os dias 24 e 28 de agosto, um ciclo de palestras gratuitas sobre diversas áreas de formação profissional, que buscam ampliar as oportunidades para a inserção no mercado de trabalho.

Os interessados podem se inscrever, gratuitamente, nas centrais de atendimento das unidades do Senac Centro e Zona Sul, em Natal,. Entre as opções, há palestras nas áreas de meio ambiente, gestão e negócios, gastronomia e segurança. Todos os participantes, ao final da capacitação, receberão certificado. Para mais informações ligue (84) 4005-1000.



**CICLO DE
PALESTRAS
GRATUITAS**
DO SENAC RN



24 A 28 DE AGOSTO

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

UNIDADE ZONA SUL

- 24/08** - 19h - *Responsabilidade Ambiental*
- 25/08** - 19h - *Como os clientes querem ser atendidos?*
- 26/08** - 19h - *Inovar para crescer*

UNIDADE CENTRO

- 24/08** - 15h - *A Magia de ser Cozinheiro*
- 25/08** - 14h - *NR - 17 (Ergonomia e qualidade de vida)*
- 26/08** - 09h - *NR - 6 (EPI uso, conservação e guarda)*
- 27/08** - 19h - *A Carreira profissional do Recepcionista*
- 28/08** - 14h - *NR - 17 (Ergonomia e qualidade de vida)*
- 19h - *Sou Garçom e amo a minha profissão*

INSCRIÇÕES GRATUITAS NO LOCAL

MAIS INFORMAÇÕES:
84 4005.1000



Senac
www.rn.senac.br

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: BLOG VLAUDEY LIBERATO DATA: 18.08.15 EDITORIA: ESPORTES

Currais Novos recebe Ciclo Sesc sábado



No próximo sábado (22/08), das 16h às 20h, Currais Novos vai receber novamente um dos maiores passeios ciclísticos do Rio Grande do Norte: o Ciclo Sesc. As inscrições podem ser feitas até sexta-feira (21/08) na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), parceira do evento, mediante a doação de 2 kg de alimentos não perecíveis para o programa assistencial Mesa Brasil Sesc. Os 400 primeiros inscritos recebem bonés e camisetas, e todos os participantes concorrem no sorteio de bicicletas.

Com o lema “Viver mais a cidade”, o Ciclo Sesc alia o incentivo à prática esportiva ao turismo nas cidades. Um mini trio conduzirá os ciclistas durante os percursos, que incluem pontos turísticos e monumentos históricos dos municípios. Em alguns pontos, os participantes irão parar para ouvir explicações sobre a história e cultura do lugar. No mini trio, também estarão educadores físicos do Sesc, que animarão os ciclistas durante toda a trajetória.

Todos os participantes terão à disposição água mineral, batedores de segurança, carro de apoio e ambulância, tudo com vista à segurança dos ciclistas. Ao final dos percursos, serão sorteadas bicicletas e brindes entre os ciclistas presentes, além de realização de atividades recreativas e distribuição de kits frutas.

As inscrições nas demais cidades participantes podem ser feitas até um (01) dia antes do evento nas Centrais de Atendimento das unidades Sesc – exceto em Assú, onde podem ser feitas no Sindicato do Comércio Varejista.

O Ciclo Sesc integra a campanha Move Brasil, que pretende diminuir o número de sedentários até 2016, ano das Olimpíadas no país.

Serviço:

O quê? Ciclo Sesc acontece sábado em Currais Novos
Quando? 22/08, das 16h às 20h, com largada em frente ao Coreto Guarani
Inscrições? Até sexta-feira (21/08) | Das 8h às 17h | CDL | Mediante doação de 2 kg de alimentos não perecíveis (exceto sal)

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: BLOG ELIEL BEZERRA DATA: 18.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

CURRAIS NOVOS RECEBE CICLO SESC SÁBADO



No próximo sábado (22/08), das 16h às 20h, Currais Novos vai receber novamente um dos maiores passeios ciclísticos do Rio Grande do Norte: o Ciclo Sesc.

As inscrições podem ser feitas até sexta-feira (21/08) na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), parceira do evento, mediante a doação de 2 kg de alimentos não perecíveis para o programa assistencial Mesa Brasil Sesc. Os 400 primeiros inscritos recebem bonés e camisetas, e todos os participantes concorrem no sorteio de bicicletas.

Currais Novos é a terceira cidade a receber em 2015 o projeto do Sistema Fecomércio, realizado por meio do Serviço Social do Comércio (Sesc RN). Em Mossoró, o Ciclo Sesc aconteceu dia 08/08, e em Caicó no último domingo (16/08). Ainda em agosto, passará por Assú (30/08), finalizando a edição deste ano em Macaíba (13/09).

Com o lema “Viver mais a cidade”, o Ciclo Sesc alia o incentivo à prática esportiva ao turismo nas cidades. Um mini trio conduzirá os ciclistas durante os percursos, que incluem pontos turísticos e monumentos históricos dos municípios.

Em alguns pontos, os participantes irão parar para ouvir explicações sobre a história e cultura do lugar. No mini trio, também estarão educadores físicos do Sesc, que animarão os ciclistas durante toda a trajetória. Todos os participantes terão à disposição água mineral, batedores de segurança, carro de apoio e ambulância, tudo com vista à segurança dos ciclistas.

Ao final dos percursos, serão sorteadas bicicletas e brindes entre os ciclistas presentes, além de realização de atividades recreativas e distribuição de kits frutas.

As inscrições nas demais cidades participantes podem ser feitas até um (01) dia antes do evento nas Centrais de Atendimento das unidades Sesc – exceto em Assú, onde podem ser feitas no Sindicato do Comércio Varejista. O Ciclo Sesc integra a campanha Move Brasil, que pretende diminuir o número de sedentários até 2016, ano das Olimpíadas no país.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: WLLANA DANTAS DATA: 18.08.15 EDITORIA: EDUCAÇÃO

Várzea e Espírito Santo recebem BiblioSesc

A biblioteca móvel BiblioSesc desembarca em mais uma cidade do interior do Rio Grande do Norte. Na realidade, em duas. Até dia 01/10, a unidade móvel do Sistema Fecomércio, executada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc RN), disponibilizará seu acervo gratuito de livros, jornais e revistas nas cidades de Várzea e Espírito Santo.

Nesta primeira semana, a BiblioSesc funciona até a terça-feira (18), em virtude da presença da unidade no Fest Bossa & Jazz em São Miguel do Gostoso. A partir do dia 24/08, a biblioteca itinerante funciona regularmente às segundas-feiras e terças-feiras em Várzea, sempre em frente à Escola Plácido Tomaz de Lima (Rua Claudino do Rego); e, às quartas e quintas-feiras, a população de Espírito Santo será atendida no centro da cidade. Na sexta-feira, não haverá atendimento.

Várzea e Campo Grande são o 8º e o 9º municípios visitados pela biblioteca itinerante desde que iniciou, em 2014, um processo de interiorização das suas atividades, em sintonia com a diretriz da Fecomércio de descentralizar as ações da instituição. Santa Cruz, Angicos, Currais Novos, Tibau do Sul, Assú, São Gonçalo do Amarante e Campo Grande já receberam a BiblioSesc.

CLASSIFICAÇÃO: POSITIVA

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 19.08.15 EDITORIA: NATAL



O Serviço Social do Comércio – SESC-AR/RN, através de sua Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna pública a realização dos seguintes certames:

1) PREGÃO PRESENCIAL-AR/RN Nº 15/00045-PP, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O PROJETO APLES. **Abertura dia 27/08/2015 às 09h30min horas na sede do SESC-AR/RN, localizada a Rua Coronel Bezerra, nº 33, Cidade Alta, Natal/RN.**

OBTENÇÃO DO EDITAL: Eletronicamente através do site <http://www.sescrn.com.br>.
INFORMAÇÕES: Pelo telefone (84) 3133-0360 – ramal 263, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas

Natal, 19 de agosto de 2015.

Marília Paiva de Souza
Presidente da CPL

NOTÍCIAS DE INTERESSE

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 19.08.15 **EDITORIA:** POLÍTICA

»» ENTREVISTA »» MARCELO NAVARRO

PRESIDENTE DO TRF5 E INDICADO AO CARGO DE MINISTRO DO STJ

FOTOS: EMANUEL AMARAL

O presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador Marcelo Navarro, nega que tenha havido interferência política do presidente do Senado, Renan Calheiros, na indicação dele para a vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Marcelo Navarro afirma que recebeu com "espanto" as especulações de que teria aproximação política com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB). "Não existe propriamente isto", garante. Ele diz conhecer Renan "há muito tempo", mas comenta que isso não envolve interferência. "Eu recebi uma gama de apoios muito grande. Tanto do PMDB, como do PT, principalmente, e de vários outros partidos da base do Governo (Federal). Eu tenho apoios até fora da base do Governo", disse Marcelo Navarro.

Segundo Marcelo Navarro, houve "especulações jornalísticas" nos noticiários sobre as articulações da indicação. "O processo de escolha envolve juízos políticos e o Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado. Então, há especulação jornalística, porque é o tema do dia", comentou. Indicado para a vaga de ministro do STJ, o potiguar Marcelo Navarro precisa passar por uma sabatina no Senado, antes de ser confirmado no cargo.

Como o senhor recebeu as críticas relativas a um suposto envolvimento político seu com o presidente do Senado, Renan Calheiros?

Eu recebi com um certo espanto, porque não existe propriamente isto. Eu conheço o senador Renan (Calheiros) há muito pouco tempo, inclusive. Mas, eu recebi uma gama de apoios muito grande. Tanto do PMDB, como do PT, principalmente, e de vários outros partidos da base do Governo (Federal). Eu tenho apoios até fora da base do Governo. O que é natural. O processo de escolha envolve juízos políticos e o Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado. Então, é mais especulação jornalística, porque é o tema do dia. Daqui a seis meses será outra coisa. Isso não me atinge de forma nenhuma.



Marcelo Navarro nega interferência de Renan

« INDICAÇÃO » Desembargador federal afirma que sistema deveria incluir "análise de mérito"



mente aquilo que vaza para a imprensa e não é o material completo. Fica muito difícil dar uma opinião sobre esse assunto sem ter o material completo. Então, eu gostaria de não me pronunciar sem ter uma noção do que realmente está acontecendo.

O senhor julga a reboque do que é veiculado pela imprensa?

Não. Eu lamento muito que, às vezes, eu tenha que preferir decisões que venham contra aquilo que maior parte da imprensa queira. Volta e meia, eu tenho feito isso na minha vida. É chato. Porque quando você dá esse tipo de decisão, sofre mais. Mas, faz parte. Faz parte da missão de julgar com independência, com direito e com minha consciência e com aquilo que eu encontrar nos autos do processo. A gente não pode fazer justiça em tese. Tem que fazer justiça com base em fato concreto. Efetivamente, eu só gosto de me pronunciar quando tenho conhecimento do caso.

Com sua ascensão ao STJ, o estado potiguar passará a ter mais um ministro após um longo período. Qual é o seu sentimento em relação a isto?

Sinto-me muito feliz. Até porque nós temos um grande ministro potiguar, que é o ministro Luiz Alberto Gurgel de Faria, e muitas vezes, esse negócio de se dizer que "se você

O senhor defende uma modificação no processo de escolha de ministro para o STJ?

Concordo. Acho que seria realmente interessante, se houvesse um sistema em que se pudesse fazer uma avaliação de mérito. Para mim, teria sido muito mais confortável se o que tivesse sido feito fosse simplesmente uma análise do meu currículo. Eu acho que teria sido escolhido também.

Como ficará a situação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o qual o senhor preside atualmente, com sua indicação ao STJ?

Nós temos uma reunião convocada com os desembargadores para amanhã (hoje). Nós vamos tratar desse assunto porque, no Regimento Interno do nosso Tribunal, o vice-presidente substitui, mas não sucede o presidente. Então, se eu efetivamente for aprovado no Senado e for finalmente nomeado para o STJ, nós vamos ter que resolver como isso vai se fazer. Alguém vai ter que aceitar me substituir, mesmo com um mandato quebrado. Eu tomei posse em abril e o mandato ficará de um ano e meio. Algum colega vai assumir

O senhor defende uma modificação no processo de escolha de ministro para o STJ?

Concordo. Acho que seria realmente interessante, se houvesse um sistema em que se pudesse fazer uma avaliação de mérito. Para mim, teria sido muito mais confortável se o que tivesse sido feito fosse simplesmente uma análise do meu currículo. Eu acho que teria sido escolhido também.

Como ficará a situação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o qual o senhor preside atualmente, com sua indicação ao STJ?

Nós temos uma reunião convocada com os desembargadores para amanhã (hoje). Nós vamos tratar desse assunto porque, no Regimento Interno do nosso Tribunal, o vice-presidente substitui, mas não sucede o presidente. Então, se eu efetivamente for aprovado no Senado e for finalmente nomeado para o STJ, nós vamos ter que resolver como isso vai se fazer. Alguém vai ter que aceitar me substituir, mesmo com um mandato quebrado. Eu tomei posse em abril

Recebi uma gama de apoios muito grande. Tanto do PMDB, como do PT, principalmente, e de vários outros partidos da base do Governo (Federal). Eu tenho apoios até fora da base do Governo”

Para mim teria

Recebi uma gama de apoios muito grande. Tanto do PMDB, como do PT, principalmente, e de vários outros partidos da base do Governo (Federal). Eu tenho apoios até fora da base do Governo”



bros. Com minha saída, será a quinta. Mas, felizmente hoje (ontem), foi nomeado um desembargador para uma vaga de antiguidade, que foi assumida por Carlos Rebelo Júnior.

No STJ, o senhor pretende conciliar magistratura e poesia?

Eu espero que sim. Eu espero que eu sempre consiga um lugar para a poesia na minha vida.

Possivelmente, o senhor integrará a 5ª Turma do STJ, responsável pelo julgamento de peças da



bros. Com minha saída, será a quinta. Mas, felizmente hoje (ontem), foi nomeado um desembargador para uma vaga de antiguidade, que foi assumida por Carlos Rebelo Júnior.

No STJ, o senhor pretende conciliar magistratura e poesia?

Eu espero que sim. Eu espero que eu sempre consiga um lugar para a poesia na minha vida.

Possivelmente, o senhor integrará

apoiar Luiz Alberto, depois você não vai porque o estado é muito pequeno e não tem lugar para dois ministros”... A vez era de Luiz e, graças a Deus, eu sempre apoiiei a candidatura dele. Quando ele entrou, eu fiquei tão feliz como se um irmão meu estivesse lá. E, agora, graças a Deus, eu consegui esse mesmo acesso e acho que demonstra que a gente tem que fazer o que é correto e respeitar a fila, como se diz. Em todas as instituições existe a antiguidade, existe o merecimento. E temos que nos adequar. Não podemos querer fazer carreira atropelando os outros. Talvez eu tenha conseguido uma carreira exitosa em minha vida, porque eu nunca transformei a minha carreira em objetivo de vida.

Como surgiu a candidatura?

Essa candidatura surgiu quase por acaso, porque o candidato da vez era o colega Paulo Roberto de Oliveira Lima, e ele desistiu e caiu no meu colo num momento que eu não imaginava me candidatar ao STJ, até porque eu tinha acabado de tomar posse como presidente (do TRF 5). Mas acredito que quando as coisas tem que acontecer, como diz o povo do inte-

ce não vai porque o estado é muito pequeno e não tem lugar para dois ministros”... A vez era de Luiz e, graças a Deus, eu sempre apoiiei a candidatura dele. Quando ele entrou, eu fiquei tão feliz como se um irmão meu estivesse lá. E, agora, graças a Deus, eu consegui esse mesmo acesso e acho que demonstra que a gente tem que fazer o que é correto e respeitar a fila, como se diz. Em todas as instituições existe a antiguidade, existe o merecimento. E temos que nos adequar. Não podemos querer fazer carreira atropelando os outros. Talvez eu tenha conseguido uma carreira exitosa em minha vida, porque eu nunca transformei a minha carreira em objetivo de vida.

Como surgiu a candidatura?

Essa candidatura surgiu quase por acaso, porque o candidato da vez era o colega Paulo Roberto de Oliveira Lima, e ele desistiu e caiu no meu colo num momento que eu não imaginava me candidatar ao STJ, até porque eu tinha acabado de tomar posse como presidente (do TRF 5). Mas acredito que

e o mandato ficará de um ano e meio. Algum colega vai assumir e terminar o mandato junto. Ele não ficará um mandato de dois anos, porque senão o mandato do vice e do corregedor terminaria antes. Também os mandatos não podem ser prorrogados. Então, a gente vai ter que ver o que fazer e isso vai ser uma dificuldade adicional, porque nós tivemos quatro aposentadorias em um Tribunal de apenas 15 mem-

Para mim teria sido muito mais confortável se tivesse sido feita simplesmente uma análise do meu currículo”

rá a 5ª Turma do STJ, responsável pelo julgamento de peças da Operação Lava Jato. Como o senhor tem analisado essa questão da Lava Jato?

Uma formulação de uma opinião do ponto de vista jurídico, sobre um caso concreto, só pode se dar com os autos na mão. Então, a gente vê notícia o tempo todo sobre essa questão da Lava Jato. Boa parte das investigações ocorre sob sigilo, a gente sabe so-

quando as coisas tem que acontecer, como diz o povo do interior, vem com muita força. Graças a Deus consegui e, embora obviamente dependa de um sabatina, só a indicação n honrou muito e espero que, u trapassada a sabatina, com nomeação e a posse. Espero fazer no STJ um trabalho q sempre fiz em todos os lugar que passei em minha vida profissional.



VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 19.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

Câmara aprova correção do FGTS

« CONTAS PÚBLICAS » Texto aprovado pelos deputados reajusta as contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a partir de 2016, com índices maiores que os atuais

Brasília (AE) - Após um dia inteiro de cabo-de-guerra entre governo e Câmara, os deputados federais aprovaram ontem, em votação simbólica, a equiparação da remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) à da caderneta de poupança. Os dois lados tiveram que ceder e todos os partidos orientaram a favor do projeto intermediário entre os textos defendidos pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o Palácio do Planalto. O texto, que agora segue para o Senado, foi colocado em votação ainda sem consenso. O governo conseguiu fazer o relator indicado por Cunha, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ampliar de três para quatro anos o prazo para alterar a remuneração do FGTS.

O governo tentou um escalonamento em oito anos. No entanto, pela proposta final, em 2016 a remuneração do FGTS será a Taxa Referencial (TR) mais 4% para os novos depósitos, 1 ponto acima da atual correção. Em 2017, sobe para TR mais 4,75%; e em 2018, TR mais 5,5%. A partir de 2019, a remuneração será igual à poupança, hoje em 6,17% mais TR. A remuneração dos depósitos antigos permanece em TR mais 3%.

"Nossa proposta inicial era garantir a rentabilidade da poupança para 100% das contas. Já que há este debate, estamos garantido um escalonamento da remuneração para os próximos quatro anos", afirmou Maia.

"Não é um acordo em 100%,



Negociações transformaram 'pauta-bomba' de Cunha em um meio-termo que atendeu, em parte, ponderações do governo Dilma

mas é 80%", disse o líder do governo, José Guimarães (PT-CE). O líder do governo disse que ainda não há uma definição do Planalto sobre veto ou sanção ao texto. Ele comemorou o fato de não estar em votação a proposta original avalizada por Eduardo Cunha, segundo a qual seria imediata a remuneração de 6,17% mais TR. "Se fosse o projeto original, comprometeria o Minha Casa, Minha Vida", afirmou.

A proposta de Maia dá ao governo a possibilidade de usar 60% do lucro do FGTS para subsidiar

o programa habitacional a partir do ano que vem. Inicialmente, a partir do terceiro ano, o percentual cairia para 50%, mas o deputado manteve o índice, a pedido do governo. No ano passado, o governo utilizou apenas 40% do lucro. O deputado não incluiu a revisão da taxa de administração de 1% que garantiu à Caixa lucro de R\$ 4 bilhões em 2014.

O setor da construção civil vai trabalhar para que a proposta seja alterada no Senado. Segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, o texto aprovado na Câmara é "incompatível" com a realidade dos financiamentos à casa própria que já foram fechados pelos bancos. Isso porque as operações foram contratadas com juros mais baixos porque as instituições financeiras usavam os recursos do FGTS, cuja remuneração é de 3% ao ano mais TR. O prazo médio desses empréstimos é de 18 anos. "Como o governo não está com muita força no Congresso, fica mais suscetível a fechar acordos que acabam preju-

dicando o País", criticou.

Antes da votação, ao comentar a proposta de reajuste do FGTS, Cunha criticou a letargia do governo para apresentar propostas alternativas a temas polêmicos em discussão no Congresso. "O problema é que o governo só resolve discutir o assunto de verdade quando faltam cinco minutos para o time entrar em campo. Nunca discute quando você avisa que o jogo é daqui a dois meses. Eles tendem a empurrar com a barriga", afirmou o presidente da Câmara.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: CAPA E POLÍTICA



3. POLÍTICA

“POLITIZAÇÃO” DA LAVA JATO NÃO PREOCUPA DESEMBARGADOR

Marcelo Navarro, desembargador federal indicado por Dilma Rousseff para o STJ diz que “politização” da Lava Jato - que ele deve julgar os recursos - não preocupa e que este é apenas mais um processo.

“POLITIZAÇÃO” NA LAVA JATO NÃO PREOCUPA

/ JUSTIÇA / PROVÁVEL RESPONSÁVEL POR JULGAR OS RECURSOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO NO STJ, DESEMBARGADOR MARCELO NAVARRO DIZ NÃO SE PREOCUPAR COM A POLITIZAÇÃO DO CASO E QUE VAI JULGAR COM O DIREITO, A CONSCIÊNCIA E AS INFORMAÇÕES DO PROCESSO

JALMI OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

PRESTES A ASSUMIR uma das cadeiras de ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o desembargador federal Marcelo Navarro, atual presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), já sabe que terá muito trabalho nos próximos meses. O magistrado potiguar será o relator dos recursos da “Operação Lava Jato”, que apura crimes de corrupção dentro da Petrobras, e garante que vai saber separar toda a “politização” que envolve o caso da tarefa de julgar. “Vou assumir o caso [Lava Jato] de forma independente e serena, como sempre procedi em outras ações. É apenas mais um processo. Talvez venha a ser muito trabalhoso e gere muita repercussão, por conta do interesse da mídia, mas, fora isso, eu vou me dedicar a trabalhar da mesma forma como sempre atuei”, discorre.

Ontem pela manhã, em Natal, ele fez a primeira aparição pública após a indicação feita pela presidente Dilma Rousseff. O futuro ministro participou de um evento jurídico organizado pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte (JFRN) e o Tribunal de Justiça (TJRN). O potiguar vai assumir a vaga de ministro no lugar de Ari Ruggendiet, aposentado em setembro de 2014. Navarro foi o segundo mais votado na lista tripartite de candidatos à vaga - teve menos votos apenas que o desembargador federal Joel Ilari Paciornik. “Eu recebi a notícia com muita felicidade. Eu queria chegar ao STJ e recebi a indicação da presidente [Dilma Rousseff]”, detalha.

Antes da posse oficial, que ainda não tem data definida, Marcelo Navarro precisa ainda passar pelo crivo do Senado Federal. Ele será substituído e, somente após isso, vai poder tomar assento no STJ. “Vou à Brasília na semana que vem para falar com o presidente



“EU NÃO ME PREOCUPO COM A POLITIZAÇÃO. EU VOU PROCURAR JULGAR COM O DIREITO, COM A MINHA CONSCIÊNCIA E COM AS INFORMAÇÕES QUE ESTÃO NOS AUTOS”

Marcelo Navarro
Desembargador indicado ao STJ

da Comissão de Justiça do Senado [José Maranhão, do PMDB]. A reunião vai determinar a data para a sabatina dentro da agenda das ati-

vidades legislativas”, explica.

Contudo, mesmo antes de vestir a toga de ministro na 5ª Turma do STJ, já sabe que terá muito trabalho pela frente. Logo ao assumir, o magistrado potiguar vai tomar as rédeas da relatoria nas ações de habeas corpus da operação “Lava Jato”. Isso porque no futuro local foram encaminhadas as ações movidas pelos envolvidos no caso de corrupção.

O atual relator dos recursos é o desembargador Newton Trisotto, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que foi convocado para assumir as funções do ministro aposentado Ari Ruggendiet. Entretanto, as decisões recentes do desembargador coreado receberam críticas de diversos juristas,

por se limitar a manter prisões decretadas pelo juiz federal Sérgio Moro, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Apesar disso, Marcelo Navarro afirma que vai chegar rescaldo à possível politização das decisões tomadas por ele à frente do caso. Ele, inclusive, rechaçou a informação de que a indicação prevista pela presidente Dilma Rousseff fora orquestrada pelo presidente do senado, Renan Galvão (PMDB) - que tem o nome citado em denúncias do escândalo de corrupção. Segundo reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, os dois seriam aliados políticos. “Recebi a crítica com espanto. É uma especulação jornalística”, rechaçou.

O magistrado evita ao máximo ser envolvido numa possível pressão política decorrente do famoso caso. “Eu não me preocupo com a politização. Eu vou procurar julgar com o direito, com a minha consciência e com as informações que estão nos autos”, diz, para logo se esquivar de futuras polêmicas. “Eu não posso achar nada sobre o caso, pois não tenho conhecimento dele. Para ter um posicionamento, eu preciso conhecer o processo”.

Entretanto, o magistrado deve se preparar para enfrentar pressões dentro do próprio local de trabalho. No último dia 25 de julho, em sessão de julgamento de algumas ações da “Lava Jato”, o ministro Félix Fischer afirmou que “nenhum outro país viveu tamanha

ENTREVISTA

Desembargador federal Marcelo Navarro, atual presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), futuro ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

1. COMO FOI RECEBER A NOTÍCIA DE INDICAÇÃO?

MARCELO NAVARRO “Muita felicidade. Eu me candidatei porque queria chegar ao STJ. A presidente me indicou e, agora, ainda tenho de passar pela sabatina do senado federal. Vou à Brasília na semana que vem para falar com o presidente da Comissão de Justiça do Senado [José Maranhão - PMDB]. A reunião vai determinar a data para a sabatina dentro da agenda das atividades legislativas”.

2. COMO SERÁ O TRABALHO À FRENTE DA RELATORIA DAS AÇÕES DA “OPERAÇÃO LAVA-JATO”?

“Eu entendo como parte da tarefa de julgar e vou assumir de forma independente e serena, como sempre procedi. É apenas um processo a mais para mim. Talvez venha a ser muito trabalhoso e gere muita repercussão, por conta do interesse da mídia, mas, fora isso, eu vou me dedicar a trabalhar da mesma forma como sempre atuei”.

3. O SENHOR TEM ALGUMA INTERFERÊNCIA DA POLITIZAÇÃO DO CASO DURANTE O TRABALHO DE ANÁLISE DO CASO?

“Eu não me preocupo com a politização. Eu vou procurar julgar com o direito,

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM OUTUBRO

O desembargador Cláudio Santos, presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TRJRN), definiu ontem (16) que o Judiciário estadual vai adotar a prática das audiências de custódia em vagas e comarcas a partir de outubro. O anúncio foi feito durante um encontro potiguar, na Escola de Magistratura do Estado (ESMARN), para discutir a política de custódia entre diversas instituições da esfera jurídica.

O mecanismo das audiências de custódia garante que ao ser preso em flagrante, o acusado seja, em até 24 horas, apresentado a um juiz. Além disso, no mesmo local, também são ouvidas as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da defesa do preso.

Segundo Cláudio Santos, o mecanismo será avaliado pelo pleno do Judiciário no início do próximo mês. Com isso, um termo de compromisso será firmado entre a corte e as demais instituições análogas à questão de custódia penal, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Até outubro, com isso, o mecanismo das audiências de custódia será aplicado e estendido por todas as esferas participantes.



Cláudio Santos espera que audiências contribuam para melhoria do sistema

De início, o projeto vai funcionar, em regime de experiência, apenas em Natal. "Temos uma média de 10 a 15 prisões em flagrante todos os dias. É um fato que gera uma sobrecarga de processos e de pessoas presas nas cadeias potiguares", afirma Santos.

A expectativa é de que as audiências possam reduzir a quantidade de ações habeas corpus e garantam o direito do indivíduo de ser ouvido prontamente pelo juiz. "É uma vantagem ouvir o preso assim, cara a cara, para que se possa

definir o que será feito. Podemos adotar medidas restritivas ao invés de enviar pessoas para as já lotadas cadeias potiguares", relata.

Um dos defensores da nova política é o desembargador Marcelo Navarro, atual presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que o mecanismo é uma forma de preservar as garantias constitucionais do cidadão. "Agora, é óbvio, como é uma atividade nova, a prática necessita de estudos de logística. Mostrando a viabilidade e

sucesso, o modelo será replicado nos demais estados nordestinos", avalia.

Um dos organizadores do evento, o juiz federal Marco Renato Miranda destacou que é a primeira vez que duas instâncias da Justiça, a Federal e a Estadual, se unem para implantar a audiência de custódia. "É uma medida que reduz o tempo gasto entre a prisão e a apresentação do caso a um juiz: garante agilidade a todo o processo judicial", garante. Na Justiça Federal potiguar, o novo modelo de audiência será adotado a partir do dia 01 de setembro.

Para o secretário estadual da Justiça e Cidadania, Edilson França, a discussão do assunto é necessária para a resolução da atual crise do setor carcerário do Estado. Em pouco mais de dois meses, 16 das 33 unidades prisionais registraram motins, fugas e destruição da estrutura física das penitenciárias. "A sociedade paga um preço alto pelo desprezo dado ao sistema carcerário, hoje uma verdadeira fábrica de monstros. É preciso humanizar os presídios com a construção de uma política prisional", finaliza.

SUCESSÃO DO TRF-5

Com a possível ida de Marcelo Navarro para o STJ, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) vai perder o atual presidente e um dos desembargadores. Com isso, uma reunião do pleno será marcada para hoje, na sede da instituição, em Recife (PE), para definir os rumos da presidência.

De acordo com o regimento interno, o vice-presidente – atualmente no papel do desembargador Francisco Roberto Machado – não pode assumir automaticamente a direção da corte federal.

...do nos autos. Eu não posso achar nada sobre o caso, pois não tenho conhecimento dele. Para ter um posicionamento, eu preciso conhecer o processo"

"O regimento prevê apenas que o vice substitua o presidente de forma temporária (sem licença médica, por exemplo). Vamos ter de escolher um novo presidente, que, provavelmente, terá um mandato mais curto", relata.

ALRN congratula futuro novo ministro do STJ

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, representada por 24 deputados estaduais, apresentou ontem moção de congratulação ao desembargador federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. O jurista potiguar foi escolhido através de lista tríplice pela presidente Dilma Rousseff para ser ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O presidente da Casa, Ezequiel Ferreira (PMDB), solicitou que moção de congratulação seja encaminhada ao desembargador em Recife, sede do Tribunal Regional Federal da 5ª região, instituição na qual é presidente desde abril de 2015. Marcelo integra uma lista tríplice juntamente com os magistrados Joel Iran Pacomik e Fernando Quadros da Silva, ambos do TRF da 4ª Região. Marcelo será o quarto magistrado do Rio Grande do Norte a integrar o corpo de ministros do STJ desde a promulgação da constituição de 1988.

Graduado em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Marcelo Navarro Dantas é natural de Natal. Entre outras funções, foi Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte no período de 1989 a 1991. Foi procurador da República antes de chegar a desembargador do TRF5, em dezembro de 2003. Além mais de 12 anos como procurador do Rio Grande do Norte, Navarro tem mestrado e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ainda é professor dos cursos de graduação e pós-graduação na UFRN e na UFRJ.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: CAPA E POLÍTICA



CORREÇÃO DO FGTS É APROVADA NA CÂMARA

/ DEPUTADOS / PARA EVITAR NOVA DERROTA E APÓS ACORDO QUE GARANTE RECURSOS DO MINHA CASA MINHA VIDA, GOVERNO APOIA VOTAÇÃO DA MUDANÇA NA CORREÇÃO DO FGTS

COM APOIO DE última hora do governo, a Câmara dos Deputados aprovou ontem (18) a mudança na correção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que subirá ano a ano até se igualar à caderneta de poupança em 2019. A votação foi simbólica. O texto segue agora para o Senado. O governo era contra a ideia as regras, mas decidiu fechar acordo para evitar uma nova derrota. Conseguiu garantir recursos para o Minha Casa, Minha Vida e a regra de aumento gradual da porcentagem de remuneração.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), recomendou aos deputados da base da presidente Dilma Rousseff que votassem a favor do texto apresentado pelo deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), relator do projeto. Disse, no entanto, que o governo irá analisar "com cuidado" se irá sancionar a proposta, caso ela seja aprovada também pelo Senado, pois ainda não calculou seu impacto sobre as contas do FGTS.

A proposta apresentada pelo relator da matéria, com apoio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aumenta o



► Diante da possibilidade de nova derrota imposta por Eduardo Cunha, Governo resolveu negociar e apoiar votação

rendimento de forma escalonada.

A correção atual é de 3% + TR ao ano. O rendimento atual, além da TR, sobe para 4% em 2016, 4,75% em 2017 e 5,2% em 2018. A partir de 2019, será aplicada a regra da poupança: 6,17% ou 70% da taxa líquida de juros (Selic), quan-

dô esta for igual ou menor a 8,5%, mais TR ao ano.

Os novos percentuais, no entanto, só se aplicam aos depósitos feitos a partir de 2016, que serão colocados em uma conta separada. O estoque acumulado até dezembro de 2015 continua com a

correção atual.

Entre 2016 e 2018, os recursos para pagar a correção adicional serão do lucro do FGTS que foi de R\$ 17 bilhões, em média, entre 2005 e 2014. Se o valor não for suficiente, será utilizada parte do patrimônio acumulado nos últi-

mos anos, que deve chegar a R\$ 90 bilhões no fim de 2015. Quando o trabalhador for sacar parte do dinheiro, o débito será feito, em primeiro lugar, do saldo posterior a 2016. Depois dos saldos acumulados até 2015. Essa é uma forma de reduzir o custo da medida.

Ficou definido ainda o uso fixo de 60% do lucro anual do FGTS para dar descontos aos trabalhadores das faixas 2 e 3 do programa Minha Casa, Minha Vida. Entre 2009 a 2014, esses subsídios foram, em média, de R\$ 68 bilhões a cada ano. Segundo o relator, caso fosse concedida a remuneração adicional de 3,17% sobre o saldo de 2014 haveria uma despesa de R\$ 10,5 bilhões, valor inferior ao lucro do FGTS descontado os repasses para o Minha Casa, Minha Vida, que foi de R\$ 12,9 bilhões.

"Não procedem afirmações de que a concessão da remuneração da poupança às contas dos trabalhadores acarretará a necessidade de aumento dos custos dos financiamentos concedidos pelo FGTS ou reduções no atual patamar de direcionamento de recursos ao Minha Casa, Minha Vida ou no patrimônio do Fundaf", afirmou Maia.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: CAPA E POLÍTICA



► Servidores do Judiciário não estão satisfeitos com o aumento de 41% e continuam a protestar contra o veto da presidente Dilma Rousseff aos reajuste de 78,56%

/ JUDICIÁRIO /

LEWANDOWSKI DIZ QUE AUMENTO DE 41,47% FOI O ACORDO POSSÍVEL

ANDRÉ KACHTER
REPÓRTER

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, disse ontem (18) que a proposta de aumento de até 41,47% para os servidores do Judiciário foi o acordo possível com o Ministério do Planejamento.

Na semana passada, durante sessão administrativa, o Supremo definiu em 41,47% a proposta de reajuste para os servidores que será enviada ao Congresso, por meio de projeto de lei. Os ministros também definiram a proposta de aumento de R\$ 317 mil para R\$ 382 mil para os integrantes da Corte.

Segundo o presidente, o novo projeto foi discutido com os sindicatos e é uma alternativa ao re-

ajuste de até 78,56%, vetado pela presidente Dilma Rousseff.

“Esse foi o acordo possível dentro desse momento econômico que vivemos. Foi muito estudado pelos técnicos do Planejamento e do Supremo. Conversamos informalmente com várias lideranças sindicais e vários sindicatos. Embora haja vozes contrárias, tenho a sensação a contrição de que há uma grande maioria de servidores satisfeita com o que foi apresentado, alternativamente ao primeiro projeto enviado ao Congresso”, disse o ministro.

Sobre a proposta que aumenta os salários dos ministros para R\$ 392 mil, Lewandowski afirmou que o reajuste objetiva recompor as perdas inflacionárias. Ao contrário do aumento dos servido-



► Segundo Lewandowski, o ajuste é alternativo aos 78,56% vetados

res, o reajuste dos ministros não foi discutido com o Ministério do Planejamento.

Com relação aos magistrados,

apresentamos aos poderes Executivo e Legislativo as perdas salariais que sofremos ao longo dos últimos cinco anos. Claro que eles é

que definiu, tendo em conta não só as forças do Ocorrimento, mas também a conjuntura político-econômica, porque isso é que se faz normalmente.”

A nova proposta para os servidores foi rejeitada pelo sindicato da categoria. Por isso, os servidores querem derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff. No mês passado, a presidente vetou o projeto de lei aprovado pelo Senado que reajustava os salários dos servidores em até 78,56%. A Presidência da República alega inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

Em busca da derrubada do veto da presidente, servidores do Judiciário fizeram ontem (18) manifestações em frente ao Congresso Nacional e do Supremo.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: POLÍTICA

/ SENADO /

Desoneração da folha deve ser votada hoje

MARINA JOCHIMIAN
@NaoSouLula

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), adiou para hoje (19) a votação do projeto de lei que trata da desoneração das empresas que receberam benefícios fiscais sobre a folha de pagamento em 2014. A mudança reduz a renúncia fiscal concedida pelo governo a alguns setores produtivos. Havia expectativa de que a matéria fosse votada ontem, mas, mesmo após uma longa reunião de líderes partidários, não houve acordo sobre o mérito do projeto.

O relator, senador Euzébio Oliveira (PMDB-CE), também pediu mais prazo para apresentar o parecer. "Sei da necessidade que temos de virar essa página. Tenho

dito isso, e tenho repetido, mas recebi duas ligações e preciso fazer uma reunião sobre elas", disse. Segundo ele, o prazo também servirá para buscar "uma última oportunidade de entendimento", até a sessão de amanhã.

Embora o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, tenha pensado a tarde em reuniões, tentando construir um acordo entre Senado e Câmara para garantir a aprovação de mudanças no texto, ele não conseguiu consenso. O mais possível é que o projeto seja aprovado sem mudanças de mérito em relação ao que foi votado pelos deputados, de modo que não precise retornar à Câmara. A oposição já anuncia que votará contra a matéria dessa forma.

Outra hipótese é que sejam feitas emendas de redação, que poderiam facilitar ao governo eventuais vetos a trechos inseridos pelos deputados. A manobra é controversa e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), já declarou que considera que esse tipo de modificação altera o mérito da matéria e poderá discutir o assunto no Supremo Tribunal Federal.

Isso faria com que o governo ficasse mais tempo sem arrecadar com a renúncia dos impostos previstos no projeto.

De acordo com Renan Calheiros, não há previsão de o texto ser retirado de pauta. "Há um desejo do Senado Federal de tirá-lo de pauta. Precisamos enxergar esse ponto. Nada garante de que o encaminhamento do ajuste para qualificação, corrobora.



► Renan Calheiros decidiu adiar votação após longa reunião

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: POLÍTICA



► Eduardo Braga, da Energia

/ ENERGIA /

PROPOSTO MECANISMO PARA COMPENSAR HIDRELÉTRICAS

O GOVERNO FEDERAL publicou ontem (18) medida provisória (MP) com o objetivo de compensar o déficit na geração das usinas hidrelétricas em função da escassez de chuvas dos últimos anos. Segundo a MP 688, para que não haja repasse de custos ao consumidor, a conta acumulada em 2015 será assumida pelas geradoras de energia, que serão compensadas com prazo adicional de concessão, pelo tempo necessário para amortizar o montante.

Para o futuro, a MP estabelece um mecanismo pelo qual os geradores assumem um risco de 12% da energia contratada. Desse percentual, 7% serão cobertos por um prêmio de risco pago pelos geradores. Segundo o Ministério de Minas e Energia, trata-se de uma espécie de seguro, mediante redução nas tarifas de energia, por meio das contas das bandeiras tarifárias. Outros 5% serão pagos com uma reserva de energia, a ser contratada ou construída pelo gerador. Atualmente, os geradores reconhecem como valor máximo um limite de 5% de risco.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga,

Minas e Energia, trata-se de uma espécie de seguro, mediante redução nas tarifas de energia, por meio das contas das bandeiras tarifárias. Outros 5% serão pagos com uma reserva de energia, a ser contratada ou construída pelo gerador. Atualmente, os geradores reconhecem como valor máximo um limite de 5% de risco.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, em entrevista à imprensa para explicar a medida provisória, o mecanismo é optativo. Um dos requisitos para as empresas que decidirem aderir, segundo ele, é abrir mão de ações na Justiça contestando os valores de ajuste do mecanismo de realocação de energia (GSE, na sigla em inglês). Braga informou ainda que o modelo foi discutido ao longo de meses com o setor elétrico. "Estamos dando mais segurança jurídica ao setor, que terá um ambiente com maior previsibilidade", disse o ministro, que garantiu que o consumidor não será onerado.

A MP 688 prevê, ainda, a realização de leilões para novas hidrelétricas com cobrança de bônus de outorga para a licitação de empreendimentos cujos contratos não foram prorrogados. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ficará responsável por propor à Presidência da República os parâmetros técnicos e econômicos das licitações dessas concessões. Segundo previsão de Eduardo Braga, a cobrança de bônus deve proporcionar arrecadação de R\$ 17 bilhões.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

Arrecadação até julho recua

« **TRIBUTOS** » Queda acumulada desde janeiro, no país, é de 2,91%. O valor alcançado no período, R\$ 712,07 bilhões, é o menor em cinco anos

Brasília (AE) - A recessão na economia brasileira acompanhada da piora do mercado de trabalho provocou mais um tombo na arrecadação de impostos e contribuições federais pelo quarto mês consecutivo. O recuo foi de 3,13% em julho, quando entraram para os cofres da União R\$ 104,87 bilhões - o pior resultado para o mês desde 2010. No ano até julho, a arrecadação acumula uma queda de 2,91%, atingindo também o menor valor em cinco anos: R\$ 712,07 bilhões.

As empresas e as pessoas físicas pagaram R\$ 11,53 bilhões a menos nos sete primeiros meses do ano. Nesse período, a arrecadação registrou crescimento apenas em fevereiro e março, mesmo assim o crescimento nesses dois meses foi menor que 0,5%.

Mais uma vez a decisão das empresas de adiar o pagamento do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi cru-



JOSÉ CRUZIABR

Claudemir Malaquias, da Receita: Desaceleração da economia

cial para a queda da arrecadação este ano, tornando ainda mais difícil o trabalho da equipe econômica para o cumprimento da meta de superávit primário das contas públicas em 2015.

Dados da Receita divulgados ontem revelaram que a arrecadação do IR das empresas e a CSLL caiu R\$ 12,58 bilhões, um recuo de 9,51% no ano. A queda

com contribuição previdenciária soma R\$ 7,9 bilhões, como reflexo da menor renda dos trabalhadores brasileiros.

O ingresso de R\$ 10 bilhões de receitas extraordinárias não foi suficiente para fazer frente à queda na arrecadação desses três tributos, considerados os mais importantes para reforçar o caixa da União. Para compli-

car o quadro, o PIS e a Cofins - considerados "termômetros" da atividade econômica - tiveram uma queda de 3,15%, com R\$ 4,9 bilhões a menos nos cofres do governo esse ano.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, reconheceu que as incertezas na economia fazem com que as empresas contem com uma menor perspectiva de lucro, o que reduz o pagamento do IR e da CSLL.

Apesar do desempenho negativo, Malaquias garantiu que não foi acesa nenhuma "luz vermelha ou amarela" em relação à previsão que consta no último relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Segundo Malaquias, a queda é resultado de uma conjugação de fatores vinculados à desaceleração da economia. Ele ponderou que muitos tributos têm comportamento aderente ao desempenho do consumo, do comércio varejista e da indústria.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 19.08.15 **EDITORIA:** ECONOMIA/NEGÓCIOS E FINANÇAS

Serviços faturam menos

A receita do setor serviços registra a pior queda para o mês de junho desde 2012, crescendo apenas 2,1%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Mas, essa taxa foi superior à verificada em maio, quando o indicador subiu 1,1%, revela o IBGE. No primeiro semestre, a receita nominal de serviços avançou 2,3%, marcando também o pior resultado para o período da série histórica iniciada em 2012. Em 12 meses, o indicador subiu 3,5%, depois de alta de 3,8% nos 12 meses imediatamente anteriores. Analistas acreditam que o setor de serviços não conseguirá manter os números positivos nos próximos meses.

PETROBRAS Investigada nos Estados Unidos, a Petrobras pode pagar US\$ 1,6 bilhão para encerrar as investigações. Também vai pagar o que deve à Receita Federal, livrando-se de entulhos no balanço. E, com voto contra, a venda de 25% da BR Distribuidora é aprovada. Agora, vai apresentar o pedido de registro à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Emprego

Pirou muito a geração de vagas no País. Segue desaquecida e tem queda de 18% em julho, na comparação com julho de 2014. O índice de vagas por candidato teve queda de mais de 30% se comparado ao mesmo mês do ano passado, acordo com dados do último levantamento Catho-Fipe. O resultado representa a 13ª queda consecutiva no ritmo de abertura de vagas.

Cheques

O percentual de devoluções de cheques pela segunda vez por insuficiência de fundos foi de 2,29% em julho, revela o Indicador Serasa Experian. É o número o mais alto para um mês de julho desde que a série foi criada, em 1991, superando a inadimplência de 2,24% observada em julho do ano passado. Considerando os sete primeiros meses do ano, o percentual de devolução de cheques foi de 2,20%.

Débitos x crédito tributário

A instrução Normativa da Receita Federal muda os critérios para arrolamento de bens de contribuintes como garantia de crédito tributário. O novo critério será aplicado sempre que os débitos dos contribuintes excederem R\$ 2 milhões e sejam superiores a 30% do seu patrimônio. A advogada Sílvia Helena Portugal, tributa-

rista da Morad Advocacia Empresarial explica que com a nova Instrução Normativa, o contribuinte estará sujeito à instauração do arrolamento de bens toda vez que seus débitos, cumulativamente, excederem R\$ 2 milhões e sejam superiores a 30% do seu patrimônio conhecido, ainda que os débitos estejam depositados em juízo.

REGRAS A Comissão de Infraestrutura do Senado, presidida pelo senador Garibaldi Filho, votará hoje as regras para contratar serviços públicos. A responsabilização de projetistas e consultores por danos decorrentes de falhas de projeto, orçamento ou parecer é uma das novidades previstas no PLS 56/2012. A intenção é estabelecer um novo marco legal para a contratação de serviços na administração pública brasileira. Alguém precisa assumir os erros.

1 Em dez anos, o volume total de crédito no Brasil tem alta de 490,2%, segundo a Anefac - Associação dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. O objetivo do balanço foi apurar como se comportaram os principais indicadores praticados pelo sistema financeiro. A inadimplência geral caiu 2,6% entre 2005 e 2015.

2 A loja Insinuante do supermercado Nordestão Lagoa Nova também encerrou as atividades. Os empresários da Cidade Alta também registram o fechamento de mais lojas na avenida Princesa Isabel. São espaços comerciais que passam a fazer parte da rede de lojas "Aluga-se".

3 As vendas de produtos siderúrgicos caíram 22% em julho, na comparação anual mostra a entidade Aço Brasil. É mais um sinal da forte retração que o País atravessa, nas indústrias da construção e de carros. No ano, sete meses, o recuo nas vendas do setor siderúrgico é de 14,3%.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

Aposentados vão ao STF para garantir antecipação

« DÉCIMO » Sindicato questiona decisão estudada pelo governo de não pagar metade do 13º em agosto. Antecipação não é obrigatória, mas é feita há anos

DO ESTADÃO CONTEÚDO

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi) protocolou ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação para questionar a decisão do governo de não pagar neste mês o adiantamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS.

Caso a Corte não entenda pela obrigatoriedade do pagamento, o sindicato "requer que seja concedida a suspensão da cobrança por parte das instituições financeiras àqueles que adquiriram crédito junto a estas a título de antecipação do décimo terceiro salário", diz o texto. No pedido é solicitada ainda prioridade à tramitação processual àqueles maiores de 60 anos. O órgão reclama da decisão do governo, ainda não oficializada, de não seguir o que vem sendo feito há nove anos e pede que a antecipação seja garantida como um preceito fundamental dos beneficiários.

Embora não seja obrigatório, o adiantamento de 50% do valor do 13º salário tem sido feito pelo governo desde 2006, após acordo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com centrais sindicais. No ano passado, a Previdência transferiu R\$ 13,9 bilhões para a antecipação para aposentados e pensionistas. 27 milhões de beneficiários receberam a antecipação.



ANTONIO CRUZ/ABR

O ministro Joaquim Levy teria se recusado a assinar o pagamento devido aos resultados fiscais ruins

No documento, o sindicato argumenta que os aposentados e pensionistas já contam com o valor para sua subsistência. "O acordo que garante a antecipação do abono salarial dos aposentados e pensionistas no mês de agosto de cada ano vem sendo cumprido desde 2006, inclusive de forma tácita, desde 2010 de modo que já incorporou o patrimônio jurídico destes se tornando um direito adquirido", diz o pedido.

O sindicato reforça que representa interesses de 30 milhões de aposentados e que o não pagamento da antecipação da parcela poderá gerar um cenário de "in-

segurança jurídica" e deixar de injetar bilhões na economia do País.

Governo

De acordo com fontes ouvidas pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, ministros ainda trabalham para convencer a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para que o adiantamento da parcela seja pago ainda este mês. "Há um grande movimento para que o governo tente pagar ainda este mês", disse uma fonte ligada ao assunto. Contudo, o governo ainda não encontrou uma

solução para o problema orçamentário.

Como publicou o jornal "O Estado de S. Paulo", a dificuldade enfrentada pelo governo em fechar as contas fez com que fosse tomada a decisão de não pagar o adiantamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS. Contudo, a medida ainda não foi anunciada oficialmente.

A decisão foi tomada em meio a divergências entre Levy e o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas. O mandatário da Fazenda não quis assinar o pagamento devido aos resultados fiscais ruins nos últimos meses.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

'Pressão política não vai baixar preço'

« HUB DA TAM » Para especialista, RN terá de apresentar argumentos logísticos e comerciais à Petrobras para convencer a estatal a reduzir o preço do QAV – considerado essencial em disputa por investimento da TAM

HUDSON HELDER
E FERNANDO DOMINGO
Chefe de reportagem e repórter

O Rio Grande do Norte terá de apresentar argumentos logísticos e comerciais à Petrobras para convencê-la da viabilidade de reduzir o valor do querosene de aviação (QAV) no estado. A opinião é do economista, mestre em Economia da Energia pelo Instituto Francês do Petróleo e presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne), Jean-Paul Prates. Este encolhimento no preço é apontado por lideranças políticas e empresariais do Estado como possível diferencial na disputa para o Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves ser escolhido como sede do centro de conexões de voos – HUB – da TAM, na região Nordeste. O investimento é almejado também por Ceará e Pernambuco.

“Não adianta ir à Petrobras quer fazer pressão política. Do tipo ‘Presidente Aldemir Bendine, está aqui toda a bancada do RN para lhe pedir um preço especial à TAM para São Gonçalo do Amarante’. Ele vai dizer que vão estudar, analisar e vai acabar caindo para a galera de baixo, o abacaxi para descascarem”, disse Prates. Para o especialista, é preciso uma interação não apenas com elementos técnicos, “já que o combustível é o mesmo para todos os Estados”, mas também logístico e comercial.

“Do ponto de vista logístico, o fato da Refinaria Clara Camarão, em Guimarães, estar mais próxima do nosso aeroporto é um ponto a ser explorado. E, no comercial, se a TAM vier para Natal, vai implicar em uma compra de QAV agregado de um valor razoável de litros, que poderia corresponder a um contrato específico, com desconto por quantidade”, afirmou Prates. Contudo, pelo atual momento da petrolífera, ele ressaltou as dificuldades desta negociação, que precisaria ser justificada pela alta cúpula da estatal.

“A Petrobras presta conta aos seus acionistas. Então, qualquer

O fato da Refinaria do RN estar mais próxima é um ponto a ser explorado”.

JEAN-PAUL PRATES
Mestre em economia da Energia

gestor dela, para tomar qualquer medida deste porte, teria de ser transparente e justificar sua decisão”, pontuou. De acordo com Prates, apesar disso, um grupo de trabalho específico poderia ser criado para ajudar a “construir um cenário” junto à Petrobras, com a participação ativa “das equipes de baixo”, como secretários de Estado, representantes da Clara Camarão, distribuidoras do QAV e gerentes e técnicos da Petrobras.

“São estas pessoas que, conectadas, seriam capazes de estruturar justificativas e argumentos capazes de resultar em um preço diferenciado de QAV, não somente para o HUB da TAM, mas, para São Gonçalo do Amarante e o aeroporto Aluizio Alves”, analisou Prates.

Parte deste grupo esteve reunido com o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, e o governador Robinson Faria, na última segunda-feira (17), durante reunião na sede do Sebrae/RN, em Natal, que deliberou esta articulação política para viabilizar a garantia de um querosene para aviação mais barato. Na ocasião, ficou acertado também que será pedida, pela bancada federal potiguar e os três senadores do RN, uma audiência com a direção da estatal. Além de encontros semelhantes uma vez ao mês, até que a Latam anuncie o local escolhido para sediar o HUB Nordeste.

À TRIBUNA DO NORTE, a TAM reiterou que segue fazendo estudos de viabilidade do HUB e que deve concluí-los até o fim do ano. Sobre quantidade de QAV usada atualmente e projeções a partir do centro de conexões, não quis se pronunciar.



Aeropostos do RN, Pernambuco e Ceará disputam um centro de conexões de voos da TAM e buscam diferenciais para atrair projeto

Petrobras quer elevar produção de QAV no RN

BATE PAPO

Jean-Paul Prates

Mestre em Economia da Energia pelo Instituto Francês do Petróleo



Houve, nesta semana, uma discussão muito mais do ponto de vista político sobre o hub, mas, tecnicamente, o que a bancada federal pode levar à Petrobras?

Eu continuo considerando o QAV, claro, uma cereja do bolo. Seria fundamental que a gente tivesse um aceno nessa situação. Mas, não chega a ser uma coisa que tire o mérito dos outros argumentos que nós temos,

gestor da Petrobras hoje, para tomar qualquer medida dessa, de cortar um preço, de facilitar algum negócio, alguma coisa, tem que ser, primeiro, transparente, e, segundo, justificado do ponto de vista técnico, logístico e comercial.

Como deveria se dar essa discussão?

Do ponto de vista técnico, o QAV é igual para todo mundo. Do ponto de vista logístico há um ca-

O HUB

Entenda o que a TAM quer implantar e vantagens:

O que é o projeto: A TAM quer transformar um aeroporto do Nordeste em um centro de conexão (hub) de voos, recebendo voos nacionais e internacionais. A proposta também é montar uma oficina para recuperação de aeronaves.

Quem disputa: 3 capitais disputam o posto de hub Nordeste (Natal – Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, Recife e Fortaleza).

R\$ 3,9 bilhões é o investimento previsto pela TAM

Os critérios para a definição da cidade são: localização geográfica, infraestrutura aeroportuária e seu potencial de desenvolvimento, e ainda, que ofereça uma melhor experiência ao cliente.

NO RN

Voos – Situação, hoje: O aeroporto de São Gonçalo do Amarante tem 21w voos semanais, cerca de 66 voos diários, em média. Eles viajam para 11 destinos, de

das outras grandes credenciais que o Rio Grande do Norte tem para receber, não só esse Hub da TAM, ou outros Hubs, por exemplo, da Azul, que tem procurando também uma casa nova, principalmente, no Nordeste. Nós tínhamos que estar lutando, na verdade, para ter o QAV mais barato do Brasil, da mesma forma que já tivemos o Gás Natural, por ser produzido aqui. O mesmo argumento que fundamentou, durante não sei quantos anos, por mais de uma década, o ProGás. Impulsionados, mas, não exclusivamente influenciados pela disputa da TAM, o Governo e os parlamentares podem sim fazer uma movimentação para que a gente consiga um QAV a preços competitivos, em termos de mundo. Para que? Para estimular o fortalecimento do Hub São Gonçalo, não do Hub TAM.

Então, para isso, da nossa parte – Rio Grande do Norte – precisaria ter algo concreto para se levar à companhia, para argumentar?

Pois é. Esse que é o ponto, porque (a Petrobras) é uma empresa que presta conta aos seus acionistas, apesar da crise de credibilidade, passageira, em relação aos investidores, e ela tem que ter governância. Ela já tinha governância e ela não foi questionada, digamos assim, agora, com estas questões todas da investigação da Lava Jato. Não há dúvida que houve, se pôs a prova, toda essa questão da governância, mas, não é por isso que se vai chegar lá agora fazendo o que quer, achando que não existe. Ela existe e foi enrijecida drasticamente. Então, qualquer

minho a ser percorrido e do ponto de vista comercial também. No logístico, quem tem que participar desta discussão, além da refinaria, também quem leva o combustível, para os aeroportos, a BR ou a Shell, e os pontos de revenda, quem administra o abastecimento dos aviões no aeroporto, que também tem um pedaço lá no preço. Não adianta ir à Petrobras querer fazer pressão política sufocante. O que eu estou preconizando, é que a gente vá primeiro nestas equipes de baixo. Pessoas aqui da própria refinaria, que possam ser contactadas. Para que nos ajudem a construir um cenário para que a Petrobras possa, justificadamente, ter um preço diferenciado, que ajude a desenvolver o Aeroporto de São Gonçalo, não somente o Hub da TAM. Na logística tem que envolver as outras empresas que estão envolvidas na logística do aeroporto. Para a gente fazer a composição do preço, expondo o quanto é refinaria, o quanto é frete, o quanto é distribuição, revenda, e sinalizando o que cada um pode contribuir para que o preço seja competitivo.

Neste caso, antes de chegar efetivamente ao staff da Petrobras, seria preciso então envolver também o Consórcio Inframerica?

Isso. Também. Tanto na discussão logística quanto na comercial. Com certeza a Inframerica tem que estar presente, tem que participar. É ela quem vai dizer o que pode oferecer de facilidades no aeroporto, para o transportador, para o revendedor, assim como detalhes de horário, de saída.

acordo com levantamento divulgado em julho pelo consórcio Inframérica, que administra o aeroporto.

2 destinos internacionais:

- * Lisboa (Portugal) – TAP
- * Buenos Aires (Argentina) – GOL

9 destinos domésticos:

- * Brasília
- * São Paulo
- * Campinas
- * Recife
- * Belo Horizonte
- * Rio de Janeiro
- * Goiânia
- * Fernando de Noronha
- * Fortaleza

2 novos voos diretos (sem escalas ou conexões) estão em análise, na Anac – ambos da GOL:

- * Para Salvador – aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães
- * E para Brasília – aeroporto Pres. Juscelino Kubitschek.

Obs.: A TAM também dispõe de voos internacionais, com escalas.

O que mudaria com o hub:

- 3 voos internacionais seriam criados logo após o anúncio
- 13 novos destinos internacionais nos próximos três anos
- 18 voos domésticos criados além dos que já existem
- 223 frequências de voo semanais
- R\$ 1,5 milhão de passageiros/ano passariam pelo aeroporto com a consolidação do hub
- 8 mil a 12 mil empregos gerados direta e indiretamente

Fontes: TAM / Prefeitura de Natal e arquivo TN / Consórcio Inframérica / Anac



VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

« BANCOS »

Rede privada suspende empréstimos consignados

Os bancos privados decidiram suspender as operações de financiamentos de crédito consignado para servidores federais. A decisão foi tomada depois que a empresa de software Consist passou a ser investigada pelo Ministério Público e Polícia Federal, na Operação Lava Jato. A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) divulgou ontem que as instituições financeiras estão revendo a participação no convênio de gestão firmado com as autoridades públicas.

A suspensão não envolve os bancos oficiais como Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que continuam a oferecer linhas de crédito na modalidade consignada. Ontem, a rede de rádio CBN noticiou que teve acesso a comunicados reservados distribuídos por três bancos - Itaú/BMG, Bradesco e Bom Su-

cesso. Nesse comunicado, a direção dos bancos avisou aos gerentes que esse tipo de financiamento passaria a ser bloqueado.

A medida afeta todas as operações de crédito - tanto para quem deseja realizar um novo empréstimo, quanto quem precisa refinanciar ou fazer a portabilidade, e prejudica funcionários da ativa, aposentados e pensionistas.

A empresa Consist foi contratada para gerir o software que autoriza os pagamentos consignados, após acordo de cooperação técnica firmado entre o Planejamento e Sindicato Nacional das Entidades Abertas de Previdência Complementar (SINAPP) e Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

QUATRO MILHÕES INADIMPLENTES

/ SERASA / NÚMERO REPRESENTA PRATICAMENTE METADE DA QUANTIDADE DE EMPRESAS EM OPERAÇÃO NO BRASIL, SENDO A MAIORIA DELAS DO SETOR DE COMÉRCIO; MAIORIA TEM ATRASOS DE UM A DOIS ANOS

O NÚMERO DE empresas inadimplentes bateu novo recorde, revela estudo desenvolvido pela Serasa Experian.

Levantamento de junho de 2015 apontou que 3,9 milhões de empresas estão negativadas, do total de cerca de 7,9 milhões de companhias do cenário nacional em operação. O número é superior ao verificado em junho de 2014, quando foram registradas 3,5 milhões de empresas em situação de inadimplência. Em março deste ano, eram 3,8 milhões.

O estudo revelou ainda que, do total de companhias inadimplentes, 46% são comerciais (comércio de bebidas, vestuário, veículos e peças, eletrônicos, entre outros), 44% são do segmento de serviços (bar, restaurante, salões de beleza, turismo, entre outros) e 9% são indústrias.

O Sudeste é a região que concentra a maioria das empresas com dívidas em atraso do país: 51,3%. Em segundo lugar aparece o Nordeste, com 17,5%, seguido do Sul (17,0%), Centro-oeste (8,4%) e Norte (5,8%).

Quase metade das empresas inadimplentes possuem quatro

dívidas ou mais (49,4%). Depois estão aquelas com uma dívida em atraso (29,5%) e as empresas com duas pendências financeiras (12,9%). As companhias com três dívidas atrasadas são a minoria (8,3%).

A maioria das empresas está inadimplente com apenas um credor (59,3%). Do total, 20,5% têm conta em atraso com mais de três credores e 20,2% apresentam pagamentos pendentes para dois credores.

O estudo também mostrou que as empresas com faixa etária entre 2 e 5 anos são responsáveis pelo maior percentual entre as inadimplentes (37,2% do total). Em seguida, estão as empresas com idade entre 6 e 10 anos (21,8%). Veja, abaixo, a tabela completa:

O tempo de atraso das dívidas não pagas também foi apurado pelo estudo. O resultado mostra que a maioria das pendências tem entre 1 a 2 anos (20,6%) e 18,1% de 2 a 3 anos de existência. Apenas a minoria (2,6%) registra dívidas com até 30 dias de atraso. O gráfico abaixo mostra o levantamento completo:

Segundo os economistas da



► Número de empresas inadimplentes é superior ao verificado em junho de 2014, que tinha 3,5 milhões de endividadas

Serasa Experian, o quadro recessivo que se instalou na economia brasileira desde o ano passado afeta diretamente o ritmo dos negócios e, por consequência, a geração de caixa por parte das empresas. Além disso, a crescente eleva-

ção dos custos financeiros (taxas de juros mais altas) e de mão-de-obra (salários crescendo acima da produtividade) impõe maiores dificuldades financeiras, para os negócios. A grande maioria das empresas negativadas são peque-

nas e médias e elas concentram a maior parcela da geração de empregos no Brasil. A falta de caixa para honrar as dívidas também impacta o pagamento de salários, o que ajuda a engrossar as taxas de desemprego.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ CRISE /

Desemprego é maior causa de endividamento, diz SPC

A ALTA DO desemprego, como consequência da crise econômica que atinge o país, se tornou o principal motivo das famílias brasileiras não conseguirem quitar suas dívidas.

A conclusão é de uma pesquisa divulgada pela SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) ontem. Para 33% dos brasileiros endividados, a perda do emprego se tornou a principal razão para a inadimplência. No ano passado, o percentual era de 24%.

No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego do país no trimestre encerrado em maio fechou em 8,1%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Na segunda colocação está a falta de controle financeiro. Este quesito, porém, registrou queda neste ano, sendo a resposta de 21% dos entrevistados ante 33% em 2014.

De acordo com o estudo, quatro em cada dez pessoas ouvidas afirmam que a situação financeira



► Depois do desemprego, a falta de controle financeiro é o quesito mais apontado como causa das dívidas

está pior hoje do que no ano passado, principalmente em razão do endividamento, perda do emprego ou diminuição de renda.

O valor da dívida dos brasileiros também subiu e representa agora duas vezes e meia o valor da

renda familiar mensal no país. De acordo com o estudo, o montante médio devido passou de R\$ 4.007 em 2014 para R\$ 5.357 neste ano, alta de 33,7%.

Para 52% dos endividados, a maior dificuldade para a realiza-

ção dos pagamentos é que o valor da dívida é muito superior aos ganhos, sendo que 45% dos inadimplentes não têm condições de quitar as dívidas, seja totalmente ou parcialmente, nos próximos três meses.

A classe C, um dos motores do consumo dos últimos anos no país, se mostra mais endividada neste ano. Em 2014, 86% dos inadimplentes pertenciam a esta classe social, neste ano, porém, o percentual chega a 90%.

Na comparação por classes sociais, as de menor renda são as mais afetadas com o aumento da inadimplência no país. O valor do endividamento das classes A/B, porém, é maior do que as de menor poder aquisitivo.

Segundo o SPC Brasil, na comparação por gênero, as mulheres inadimplentes, que representam 60% do total, possuem mais compromissos com parcelas de cartões de loja e compra de vendedoras, enquanto que os homens assumem mais gastos com contas de telefone fixo ou celular, empréstimos de banco e financiamento de automóveis. Ao todo, a pesquisa ouviu 600 consumidores, com mais de 18 anos, em 26 capitais brasileiras, mais o Distrito Federal.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ DESACELERAÇÃO /

SETOR DE SERVIÇOS TEM MENOR TAXA PARA JUNHO DESDE 2012

O SETOR DE serviços teve crescimento de 2,1% na receita nominal em junho deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. O crescimento de junho é o mais baixo para o mês desde o

início da série histórica, em 2012. A receita nominal não leva em conta os efeitos da inflação no período. A taxa é superior à de maio deste ano, que registrou alta de 1,1%, e à de abril, que teve avanço de 1,7%.

De acordo com dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o segmento registrou avanços de 2,3% no acumula-

do do ano e de 3,5% no período de 12 meses.

Entre os subsetores, a principal alta no mês de junho foi observada nos serviços profissionais, administrativos e complementares (5,9%), seguida de transportes, serviços auxiliares do transporte e correio (4,4%). Os outros serviços também apresentaram crescimento (0,4%).

Os serviços prestados às famílias ficaram estáveis, enquanto os

serviços de informação e comunicação tiveram queda de 1,7%. Na análise regional, as maiores altas foram registradas nos estados de Rondônia (15,9%), Alagoas (8,0%) e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina (todas com 7,4%). Já oito estados tiveram queda na receita: Rio de Janeiro (-5,7%), Paraíba (-4,6%), Amapá (-4,3%), Maranhão (-2,9%), Rio Grande do Norte (-1,5%), Amazonas (-0,6%), Distrito Federal (-0,5%) e Bahia (-0,2%).

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ OFERTA /

PETROBRAS AUTORIZA VENDA DE 25% DA BR DISTRIBUIDORA

O CONSELHO DE Administração da Petrobras autorizou, em reunião no último dia 6, a venda de 25% de ações da subsidiária BR Distribuidora. Atualmente, todas as ações da empresa de distribuição de combustíveis são controladas pela estatal Petrobras.

Segundo nota divulgada ontem, a Petrobras já fez o pedido de registro à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a "oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da BR, correspondentes a 25% de seu capital social".

Na nota, a Petrobras também informou que fez uma recomendação à BR Distribuidora, para que a subsidiária peça o registro de companhia aberta categoria A e o pedido de oferta pública de 25% de suas ações.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ PROTESTO /

BANCÁRIOS CONTRA VENDA DO HSBC

CERCA DE 40 bancários fizeram ontem uma manifestação em frente ao Banco Central (BC) em Brasília, contra a venda do HSBC ao Bradesco. No último dia 3, o Bradesco anunciou a compra do HSBC por R\$ 17,6 bilhões.

Segundo a coordenadora nacional da Comissão de Organização dos Funcionários do HSBC, Cristiane Zacarias, os manifestantes querem que o Banco Central não autorize a compra. "Se olharmos o histórico de aquisições no passado, os empregos são perdidos".

Ela argumenta ainda que a venda diminuirá a concorrência e aumenta a concentração bancária. Se a venda for realmente aprovada, Cristiane defende que o emprego dos trabalhadores seja garantido.

Depois da manifestação no centro de Brasília, os bancários seguem para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que também vai analisar a operação de venda do HSBC ao Bradesco.

De acordo com o diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, Paulo Freitas, a categoria participaria nesta terça-feira na Câmara de audiência pública para discutir o assunto, mas o evento foi cancelado. Então, eles decidiram fazer a manifestação em frente ao BC. "Estamos aqui em defesa dos nossos empregos. São 23 mil do HSBC e 93 mil funcionários do Bradesco. Pode haver desemprego tanto de um lado como do outro".

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: CAPA E ECONOMIA



► Miriam Belchior, presidente da Caixa

CAIXA ANUNCIA VANTAGENS PARA SETOR AUTOMOTIVO

Miriam Belchior assina convênio para dar condições especiais no capital de giro e investimentos, além de diferenciais em linhas de crédito. Entidades comemoram.

CAIXA DARÁ CRÉDITO A SETOR AUTOMOTIVO

/ FINANCIAMENTO / BANCO PÚBLICO OFERECERÁ CONDIÇÕES ESPECIAIS NAS LINHAS DE CAPITAL DE GIRO E INVESTIMENTO; TAXAS FICARÃO A PARTIR DE 0,83%

A PRESIDENTE DA Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, assinou ontem um convênio para oferecer condições de apoio ao desenvolvimento de toda a cadeia produtiva. O acordo foi celebrado com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeça) e a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenvevea). O objetivo é oferecer condições de apoio ao desenvolvimento de toda a cadeia produtiva.

De acordo com Miriam Belchior, o banco público oferecerá condições especiais nas linhas de capital de giro e investimento, além de condições diferenciadas em linhas de crédito e outros produtos e serviços do banco a fim de beneficiar da micro à grande empresa.

Segundo ela, a meta é contribuir para a melhoria do fluxo de caixa das empresas e fornecedores, auxiliando no pagamento de despesas, salários, tributos e reposição de estoques.

A presidente da Caixa informou que o convênio é uma parceria importante, pois "as excelentes condições" oferecidas pelo banco contribuem para apoiar um dos setores que mais empregam. "Com isso, vamos gerar possibilidades para que as empresas garantam suas atividades e equilibrem negócios, conforme a necessidade de cada uma".

Pelo acordo, a Caixa disponibilizará linhas de crédito para ar-



► Ministra Miriam Belchior diz que ajuda vai auxiliar pagamento de despesas, salários, tributos e estoques

ticipação de contratos firmados entre o fornecedor e a montadora, de modo a suprir a necessidade de capital de giro. Elas terão à disposição linhas de crédito para capital de giro e investimento, com condições especialmente formatadas para o setor.

As taxas de juros serão a partir de 0,83% ao mês, com prazo de 60 meses e carência de até seis meses para início do pagamento das prestações. As empresas fornecedoras poderão se programar para o aumento de despesas comuns

nos últimos meses do ano, tais como pagamento do décimo terceiro salário, tributos e estoques.

A Caixa também oferece linhas de crédito do Programa Pró-Transporte para renovação de frota, com taxas de juros máximas correspondentes à Taxa Referencial (TR) + 9% ao ano e até 96 meses para pagar, dependendo do projeto. O convênio prevê ainda o financiamento de máquinas e equipamentos novos e usados, com taxas a partir de 1,50% ao mês + TR, carência de seis me-

ses e prazos de até 60 meses.

Para Luiz Álvaro Tubêdo, diretor presidente da Anfavea, o acordo tem grande potencial para impulsionar o mercado e auxiliar a indústria automobilística a superar as complexidades do panorama atual.

"Terho a convicção de que contribuirá para o fortalecimento da cadeia de fornecedores, além de oferecer condições para a retomada da confiança, por parte dos investidores e consumidores", conclui.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ PARA BAIXO /

Arrecadação do semestre é a menor em cinco anos

A ARRECAÇÃO FEDERAL teve o pior resultado para o período de janeiro a julho em cinco anos. Informou ontem a Receita Federal. O país arrecadou R\$ 712 bilhões nos primeiros sete meses deste ano, montante que representa queda de 2,91% em relação ao mesmo período de 2014. O resultado para julho também foi o pior para o mês desde 2010. No mês passado, o país recebeu R\$ 104,8 bilhões em receitas, o que representa redução de 3,13% em relação a julho de 2014.

A queda no montante arrecadado, tanto no acumulado do ano quanto no mês, traz desconfiança à inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A queda na produção industrial foi o principal motivo do recuo da arrecadação nos sete primeiros meses do ano.

Houve redução de 5,82% no acumulado do ano em relação a igual período de 2014. Em julho,

apesar do recuo de 3,2%, a produção diminuiu o ritmo de queda em relação a junho, quando havia caído 8,9%. A queda na produção impacta o recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

As vendas de bens e serviços, que impactam na arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), caíram 3,99% no mês e 5,67% de janeiro a julho. A massa salarial, por sua vez, cresceu 4,91% em julho e 5,44% de janeiro a julho.

As desonerações tributárias dos últimos anos também contribuíram para a queda na arrecadação este ano, gerando perdas de R\$ 62,6 bilhões para o governo nos sete primeiros meses do ano. A eficiência fiscal é 11,76% maior que a do mesmo período de 2014. Desse total, a desoneração da folha de pagamento foi responsável pelas

maiores perdas, equivalentes a R\$ 13 bilhões.

A queda na arrecadação tributária em julho e nos sete primeiros meses do ano continua refletindo a situação na atividade econômica, disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Adanceiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. A queda é explicada por uma conjugação de fatores, todos vinculados à atividade econômica. A desaceleração impactou fortemente", afirmou.

Malaquias ressaltou que os setores da economia que apresentam o melhor desempenho em 2015 - agropecuária e agricultura - refletem pouco na receita tributária. "É importante que se faça essa análise, de como a arrecadação aderiu ao comportamento da economia. Não é [um impacto] retido", afirmou.

De acordo com Malaquias, o agropecuário e as vendas externas são setores fortemente

desacelerados.

"Alguns tributos têm comportamento muito aderente ao consumo, ao desempenho da indústria, à perspectiva de resultados positivos. Identificamos que alguns setores que contribuíam positivamente para o PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos em um país) foram o agropecuário, o setor de serviços e as exportações. Quando contribuem para o PIB, temos de investigar em que medida isso interfere na tributação. Tivemos desempenho positivo no agropecuário, mas ele é um setor fortemente desonerado e o mesmo ocorre com as exportações."

Questionado se os dois setores deveriam passar por mudanças na tributação para igualar a arrecadação, Malaquias afirmou: "de jeito nenhum". Segundo ele, medidas para melhorar a atividade econômica e a receita tributária já estão em curso.

d
s
q
o
s
l
o
e
c
t

/

.

]

.

]

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 19.08.15 EDITORIA: CIDADES

COMÉRCIO PRECISA TER VOZ, DIZ ESPECIALISTA

/ ANÁLISE / PROFESSOR PORTUGUÊS DEFENDE QUE PLANEJAMENTO URBANO PRECISA LEVAR EM CONTA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO COMÉRCIO PARA FORMAÇÃO DE CIDADES AO REDOR DO MUNDO

DE JACARE
DO NOVO JORNAL

O comércio no grande proporção da formação das cidades, em todo o mundo, mas ainda falta planejamento urbano que leve isso em conta. Essa é a análise do professor português José Alberto Rio Fernandes, da Universidade do Porto, que participa do Seminário Regional de Comércio, Cultura e Consumo nas Cidades, nesta semana, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Paraíba. Essa não é uma discussão de apenas do Brasil, mas que precisa, logo, ser mudada.

Alberto defende que o comércio tem muito pontos de sua importância reconhecida para a urbe. Ele aponta, por exemplo, o movimento que foi considerado a primeira revolução comercial, ainda no século passado e que mudou os padrões de consumo e a geometria das cidades. Aconteceu com o surgimento dos shoppings e a concentração de empresas. Eles alteraram a geometria da cidade, com surgimento de novos lugares. Isso o que antes acontecia com as fábricas, colíca. Para ele, essa revolução fez a composição física de um entre lojas, e passar a ser entre lojas da cidade. Mudou o padrão dos consumidores, que passaram a procurar conforto e segurança, por exemplo.

Ele analisa, porém, que os hábitos dos consumidores ("que somos todos nós") tem total relação com a acessibilidade da cidade. Na Europa, realidade que ele conhece melhor, a cultura de consumo está mudando depois que os cidadãos passaram a ter maior acessibilidade. O modelo de shopping, segundo ele, está engraçado no velho continente, enquanto ainda é bastante em outros países. "Ei existem muitos shoppings novos, outros abandonados, o consumo está muito mais baixo", colíca.

Com maior acessibilidade, as pessoas passaram a se apropriar da cidade, das ruas, dos espaços não tradicionais. "Não lugares de uma cidade mais cosmopolita, em que além das montanhas, há turistas, estudantes universitários, pessoas que vão à região". As lojas são mais especializadas - algumas trabalham com produtos tradicionais e artesanato - por meio da reabilitação. Os shoppings, segundo ele,



• Especialista destaca 'revolução comercial' ocorrida no século passado e suas consequências para as cidades



• Seminário Regional de Comércio, Cultura e Consumo nas Cidades acontece esta semana na UFRN

firmam o comércio mais rápido apenas a loja após, bastante ampliado ao qual a pessoa vá comprar.

"Os cidadãos têm acesso ao metrô, que é mais rápido, organizado. Então eles acabam e escolhem o metrô no lugar do carro. O jovem, principalmente", colíca. Segundo ele, as pessoas passaram a consumir mais nas ruas e nos espaços públicos.

Apesar de admitir que cada região tem características próprias, ele avalia que a sociedade precisa pensar para planejar que cidade ela quer. Ele avalia que os países americanos investem muitos no trans-

porte particular, automóveis. Ao mesmo tempo, há pouco cuidado com os espaços públicos. "Falta impressionante como é desenvolvido o espaço público na cidade do continente americano. Os países não estão bem cuidados, encontramos lugares que não há preocupação com o sentimento, não é um espaço atático. A cidade não se se rua, não precisa ter espaços públicos e não dentro de prédios ou casas", comentou.

José Alberto alertou que a falta de planejamento, nesse sentido, promove uma cidade desigual e "insustentável". Se a cidade for

mais segmentada, pode, em algumas análises, ser a não cidade. Segundo ele, ao se não cidade, quando não dentro de limites, isso é não cidade. Cidade é um espaço de encontro, e não um espaço de separação, análise. "Quem não tem automóvel, tem uma condição quase suburbana, está preso ao ciclo. O espaço público não está preparado para as pessoas", acrescentou em seguida.

Ele considera que é importante pensar determinados lugares e territórios da cidade integrando mobilidade, comércio, economia e meio ambiente.



► José Alberto Rio Fernandes: "Cidade é um espaço de mistura"

UNIVERSIDADE PRECISA SER ATUANTE

Comentando a respeito do planejamento das cidades, o professor afirmou que a academia precisa ter maior participação na resolução dos problemas da sociedade. A universidade não pode ser um espaço apenas de análise crítica. Ela tem sido pouco produtiva; sempre encontra um ângulo para se eximir da responsabilidade, afirmando que os políticos não se interessam pelo que é apresentado, coloca.

A professora Rita de Cássia da Conceição, da UFRN, coordenadora do evento, afirmou que o tema ainda é pouco discutido a nível local, mas estudos já vêm sendo rea-

lizados no estado.

Uma dissertação de mestrado foi apresentada recentemente na UFRN sobre o assunto. "Não percebemos que o comércio que antes era centralizado na nossa cidade hoje está mais espalhado. É o caso da avenida Maria Lacerda Montenegro em Paranaíba, por exemplo", diz.

De acordo com ela, o objetivo do encontro é discutir o que já vem sendo estudado e incentivar novos estudos na área. O evento segue até a próxima sexta-feira (27), quando haverá visita de campo ao comércio de rua da cidade.